ANO XXIII • Nº 1052 • 4 A 10 DE NOVEMBRO DE 2013 • www.sintufrj.org.br • sintufrj@sintufrj.org.br

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA Sindical CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Eleição no HUCFF

Eduardo Côrtes e Luiz Feijó são os candidatos

A sorte do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) foi lançada para que os trabalhadores e estudantes decidam, nas urnas, quem, entre os dois candidatos inscritos, será o melhor gestor para o hospital neste momento. O primeiro confronto entre os candidatos é quinta-feira, dia 7. *Página 3*

Primeira Cissp

Nesta terça-feira, dia 5, os trabalhadores da Prefeitura Universitária deflagram o processo eleitoral para composição da primeira Cissp na UFRJ. *Página 3*

Saúde do trabalhador

Páginas 4 e 5

DOIS PONTOS

Música de pai para filho

Foto: Ana Liao

ADONHIRAN Reis e Alceu Reis

No dia 11 de novembro, às 19h, no Salão Leopoldo Miguez da Escola de Música da UFRJ, a Orquestra Sinfônica da UFRJ apresentará um concerto especial. Sob a batuta de André Cardoso, interpretará a "Abertura Egmont", de Beethoven, "O Moldávia", de Bedrich Smetana, e o "Concerto duplo para violino e violoncelo", de Brahms. Os solistas serão Adonhiran Reis (violino) e Alceu Reis (violoncelo), filho e pai, técnicos-administrativos da UFRJ, sendo o segundo ex-integrante da Orquestra, já aposentado.

Alceu Reis tem uma carreira que por si já conta sobre a importância do que o público vai ouvir: spalla (primeiro-violino) da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal (OSTM) do Rio de Janeiro por 28 anos, da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), da Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB), membro fundador de dois quartetos de cordas que fizeram história – Bessler-Reis e Amazônia –, ganhador dos prêmios Grammy (em 2002), Sharp (1989, 1990, 1991, 1992) e de muitos outros.

Adonhiran é um dos spallas da Sinfônica da Universidade desde que entrou, em 2010. Estudou com Marie Springuel e Paulo Bosísio no Brasil. Em seguida, passou quatro anos em Paris, com Maryvonne le Dizès e Jan Orawiec. "Mas sempre tive aulas também com o meu pai que, sem dúvida, foi quem mais me ensinou sobre música", assinala.

Na família quase todos são profissionais da área ou estudaram algum instrumento. "Minha mãe, Marie Bernard, é violoncelista do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Meu irmão, Estevan, é um excelente violista da Orquestra Petrobras Sinfônica e membro do Quarteto Radamés Gnattali. Meu pai ainda tem três irmãos que integram orquestras, a Carmelita, o Astrogildo e o Altamiro, todos da Nacional-UFF. Avôs, tios, primos, temos muitos músicos na família, a lista é longa...", enfatiza Adonhiran.

Encontro e emoção

Pai e filho já tocaram, gravaram juntos, muitas vezes. "Para mim é sempre um prazer muito grande, ainda mais sendo Adonhiran, assim como meu filho Estevan, o excelente músico que se tornou", diz Alceu, com orgulho. "Estamos acostumados. Éramos ambos da OSB até 2011, dividíamos quarto em turnês. É uma relação diferente entre Alceu/pai e Alceu/colega", ressalta Adonhiran.

Na Escola de Música da UFRJ será a primeira vez que tocarão juntos. A apresentação para ambos é significativa. "Uma visita cordial aos amigos que deixei no tempo em que trabalhei na Universidade", diz Alceu. "Jogo em casa tem a nossa torcida. Sem contar que será com o André Cardoso na regência. Foi ele quem regeu meu primeiro concerto como solista com a Orquestra Juvenil, eu devia ter uns 11 ou 12 anos; foi meu orientador no mestrado; hoje é colega e chefe, será emoção redobrada", adianta Adonhiran.

Curso Prevenção e Combate a Incêndio

Inscrições abertas na sede do Sintufrj. As próximas turmas são de 9 a 13/11 e 2/12 a 6/12. As aulas serão realizadas de segunda a sexta-feira, das 9h às 13h, na sala 10E/37, no 10° andar do HUCFF.

Um livro para emocionar

A trabalhadora do Sintufrj Cida Oliveira autografa seu novo livro *Amálgama – Contos de Superação, Comédia e Ficção* no dia 5 de novembro, terça-feira, das 17h às 19h, na livraria Saraiva, na Rua do Ouvidor, 98, Centro do Rio de Janeiro. Graduada em Português e Literatura, esta é a terceira obra literária de Cida.

Encontro de aposentados do Sintufrj

O próximo encontro será no dia 12 de novembro, terça-feira, às 10h, na subsede sindical no HUCFF, Cidade Universitária. Pauta: Demandas da greve de 2012 (reposicionamento etc.); Eleição de delegados ao Encontro Nacional de Aposentados da Fasubra; Debate sobre Delegados Sindicais de Base do Sintufrj; e Encaminhamentos. Ao final, apresentação da Oficina de Dança com a participação dos aposentados.

Calendário do Sintufrj

4/11 - Reunião do GT Política Antirracismo, segunda-feira, às 10h, no Espaço Cultural.

5/11 - Ato no HUCFF, "O HU não vai fechar", terça-feira, às 9h30, entrada principal, organizado por Sintufrj, Adufrj e DCE Mário Prata.

Reunião no Ipub – A direção faz reunião com os trabalhadores nesta terça, às 15h, no próprio Instituto.

6 a 9/11 – Encontro Regional Sudeste 1, em Belo Horizonte (MG).

12/11 – Reunião Geral dos Aposentados, às 10h, na subsede sindical no HU, com confraternização ao final.

AA da UFRJ

Reunião às quartas-feiras, das 15h às 17h, na subsede sindical no HU.

CACSS Administradora de Benefícios
Unimed Rio

PROMOÇÃO EXCLUSIVA - CARÊNCIA ZERO NO MÊS DE NOVEMBRO 2013

- Mais de 5.300 médicos cooperados
- Maior rede de consultórios
- Rede credenciada (consulte o site www.unimedrio.com.br)

Convênio com o Sintufrj

TABELA SINTUFRJ			
	COBERTURA NACIONAL		
Faixa Etária	ALFA	BETA	DELTA
00-18	R$ 118,98	R$ 165,35	R$ 190,33
19-23	R$ 151,15	R$ 210,09	R$ 241,83
24-28	R$ 188,89	R$ 262,55	R$ 302,23
29-33	R$ 198,77	R$ 276,26	R$ 318,02
34-38	R$ 210,84	R$ 293,06	R$ 337,36
39-43	R$ 241,12	R$ 335,14	R$ 385,80
44-48	R$ 291,83	R$ 405,62	R$ 466,93
49-53	R$ 335,60	R$ 466,45	R$ 536,97
54-58	R$ 467,50	R$ 649,77	R$ 747,99
59-Mais	R$ 713,54	R$ 991,57	R$ 1.141,44
Dental 1 R$ 17,00		Dental 2 R$ 21,50	
Aeromédico R$ 1,80		SOS Viagem R$ 1,80	
SOS UNIMED R$ 10,90			

A UNIMED-RIO tem adesões abertas todos os meses

Condições promocionais de carência para beneficiários oriundos de outras operadoras.
Adesão sem carência no aniversário da apólice sempre em NOVEMBRO (consultar).
No caso de nascimento ou matrimônio, a inclusão deverá ocorrer até 30 dias do evento.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:
2 cópias da identidade, contracheque e comprovante de residência
Declaração do Sintufrj (original e cópia)
Para compra de carência, comprovar no mínimo 6 (seis) meses do plano anterior no máximo há 30 dias do desligamento.

Corretores de Plantão de terça a quinta-feira
(21) 3473-1999 / 8463-0887 / 8463-0895 / 8463-0886
7615-9344 / 8129-0701 contato@ativuslife.com.br - www.ativuslife.com.br

Setor de Convênios do Sintufrj:
(21) 3194-7102 / 3194-7103
convenio@sintufrj.org.br

JORNAL DO Sintufrj
JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598 - CNPJ:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Francisco Carlos dos Santos, Maria Glória Pagano e Carmen Lucia Mendes Coelho / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação **Edição:** Amag / **Reportagem**: Amag, E. A. C e Regina Rocha / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto, Jamil Malafaia e Edilson Soares / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 10 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical
Correspondência: aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** (21) 2260-9343. **Tel.:** (21) 3194-7113 **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100

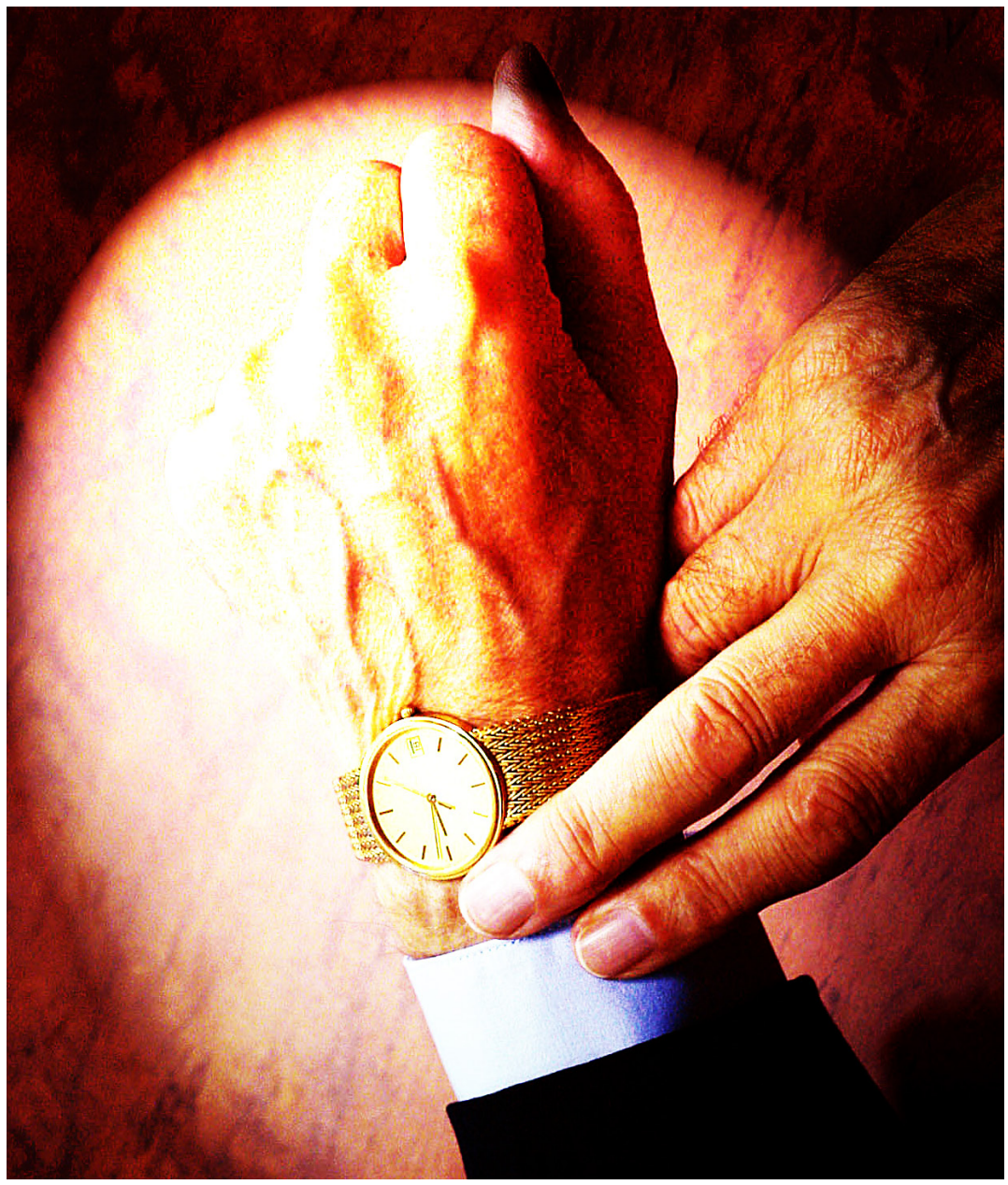
Fundo de previdência do servidor é uma aposta no escuro

Governo não dá garantias para fundos de pensão e Funpresp segue a mesma cartilha dos muitos que faliram

O Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) é o novo fundo de pensão dos servidores públicos federais. Desde março deste ano o governo Dilma Rousseff instituiu o Regime de Previdência Complementar – nome oficial dos chamados fundos de pensão – para os servidores. É um regime privado, opcional e de contribuição definida, pelo qual o servidor não se aposenta mais com o valor integral de seus proventos e também não sabe quanto irá receber.

Assim como o governo não dá garantias aos participantes de fundos de pensão – um exemplo é o Aerus, dos trabalhadores da Varig, Cruzeiro e Transbrasil, que há sete anos estão sem receber a integralidade de suas contribuições devido à falência das empresas –, o Funpresp não tem a garantia do Estado. Pelo que está escrito na lei que criou esse fundo, o Estado não se responsabilizará por qualquer problema, sendo apenas o responsável pelo pagamento e pela transferência de contribuições ao Funpresp.

Em setembro deste ano, por exemplo, foram descobertas fraudes em fundos previdenciários estaduais e municipais: o dinheiro dos trabalhadores estava sendo usado em aplicações de risco. Auditorias do Ministério da Previdência Social apontam que em 94 municípios há indícios de fraudes na administração dos fundos de pensão, e os envolvidos justificam os prejuízos como sendo resultantes de aplicações com riscos de mercado. O Ministro da Previdência Social diz que o rombo terá que ser coberto com recursos públicos e que os servidores não sairão perdendo, mas não informa de que forma isso será feito.



Riscos

O novo Regime de Previdência Complementar – que autoriza a criação de três fundos de pensão, um para cada poder federal: Executivo, Legislativo e Judiciário – passou a valer para os novos funcionários que ingressaram no serviço público a partir de fevereiro de 2013. Os atuais funcionários públicos continuarão a ter direito de se aposentar com salário integral, enquanto os novos estarão sujeitos ao teto do Regime Geral da Previdência (R$ 4.159). Para complementar o valor, eles têm a opção de contribuir para o fundo respectivo de sua categoria. Por isso devem saber os riscos a que estão submetidos.

O Funpresp é vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e cabe às Fundações de Previdência Complementar dos três Poderes a responsabilidade de administrar e executar os planos de benefícios. No caso do Executivo, será o Funpresp-Exe. O governo aposta suas fichas na atração dos novos funcionários públicos, também sem se esquecer dos antigos, pois vende o Funpresp como o futuro maior fundo de pensão da América Latina.

A Fasubra é contrária ao Funpresp exatamente por seguir a lógica do regime de previdência privado e por ser, na prática, a segunda etapa da reforma da Previdência Social, iniciada com FHC e aprofundada por Lula e Dilma Rousseff. "O Funpresp, sempre será uma aposta no escuro. Não se sabe o que pode acontecer, porque o governo muda regras a seu bel prazer. Portanto, não há garantias", avalia o coordenador-geral da Fasubra, Paulo Henrique dos Santos.

As regras do Funpresp

O servidor público que optar pelo Funpresp, apesar de contribuir para dois sistemas previdenciários, não terá direito à integralidade e à paridade.

A União garantirá o pagamento dos proventos até o teto do INSS. Para financiar esta parcela da aposentadoria, o servidor contribuirá com 11%, enquanto a União contribuirá com 22%. Os cálculos destas contribuições incidirão sobre valores limitados pelo teto do INSS, atualmente de R$ 4.159.

A outra parte dependerá das aplicações feitas pelo Funpresp na ciranda financeira, o servidor contribuirá com um percentual incidente sobre sua remuneração, sem nenhuma garantia de retorno, e que poderá ser alterado anualmente. Nesse caso, a União também contribuirá em contrapartida à contribuição do servidor, mas no percentual máximo de 8,5%. Qualquer percentual além deste limite máximo será feito exclusivamente pelo novo servidor, sem contrapartida da União.

A modalidade do plano é de contribuição definida, que fixa a contribuição de cada servidor, mas não define o benefício, pois este dependerá dos rendimentos futuros do montante das contribuições de cada servidor, acrescido da contribuição patronal, no mercado financeiro. O servidor tem a certeza de contribuir mês a mês, durante 20, 30 anos, mas o retorno deste investimento e o valor de sua aposentadoria é uma incógnita, podendo oscilar a cada mês a depender do mercado.

Uma vez que os recursos do fundo de pensão serão aplicados no mercado financeiro, eles estarão sujeitos aos efeitos de crises econômicas ou de má gestão. Assim, há a possibilidade de não estarem disponíveis quando o servidor se aposentar ou após sua aposentadoria, a exemplo do que ocorre no Brasil com o Aerus e em outros países.

A opção pelo Funpresp é de caráter irrevogável e implica, automaticamente, renúncia aos direitos previdenciários decorrentes de regras anteriores.

Caso Aerus

O fundo de pensão Aerus reúne 20 mil ex-funcionários das companhias Varig, Cruzeiro, Transbrasil e demais patrocinadoras. Devido a um rombo financeiro, o Aerus está sob intervenção e, desde 2006, o valor de aposentadorias e pensões pagas mensalmente aos ex-funcionários é de apenas 8% do valor devido. Há aqueles que não recebem nada.

O problema foi a negativa do governo em arcar com os prejuízos após a falência da Varig, da Transbrasil e das demais patrocinadoras, um rombo que foi causado por irresponsabilidade de vários governos e pela falta de uma fiscalização eficiente por parte da Secretaria de Previdência Complementar.

"Nunca entendemos por que razão o governo brasileiro permitiu que essas empresas fizessem 'negociações' com o dinheiro do fundo de pensão dos funcionários. A Varig fez 21 renegociações da dívidas e a Transbrasil 8. O resultado foi um calote monumental que acabou com a aposentadoria dos aeroviários e aeronautas", relata Ana Karina Dias, filha de Romacilda, uma comissária de bordo que hoje vive com apenas 50% da aposentadoria à qual tem direito. "Luto por ela e por colegas que estão em situação ainda pior. Há participantes do fundo em penúria e gente que cometeu suicídio levada pelo desespero", completou.

São 20 mil pilotos, comissários de bordo e trabalhadores de companhias de aviação que contribuíram desde 1982 com 10% a 20% do salário para o fundo de aposentadoria complementar. Nesse universo há 40 mil participantes indiretos. O saldo de sete anos sem solução foi a morte de mais de 800 destes trabalhadores, alguns suicidaram, muitos dos sobreviventes têm doenças físicas e psíquicas.

Em agosto deste ano ex-funcionários da Varig fizeram greve de fome no aeroporto Santos Dumont. No mesmo mês um grupo de aposentados e pensionistas acampou no chão do Salão Verde da Câmara dos Deputados, em Brasília. O objetivo foi reivindicar do governo uma solução.

VERDADE & CAp

Mirian Limoeiro será a primeira a dar testemunho à Comissão da Verdade

No primeiro evento público da Comissão da Memória e da Verdade da UFRJ, realizado no dia 9 de outubro, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), o professor do Departamento de História da UFMG, Rodrigo Sá Motta, entregou material pesquisado sobre a UFRJ na época da ditadura militar. A pesquisa revelou que a UFRJ foi a universidade mais atingida com aposentadoria compulsória de docentes: 72 professores.

A Comissão decidiu iniciar a coleta de testemunhos pela lista dos docentes obrigados pelos generais a se aposentarem, e a primeira professora a ser ouvida será Mirian Limoeiro, ex-IFCS.

Livro revelador

O historiador prepara um livro sobre os impactos da ditadura militar na universidade brasileira e foi convidado como palestrante do debate "As políticas universitárias da ditadura e seus impactos na UFRJ". A pesquisa durou cerca de 7 anos e teve como fontes a base de dados do Serviço Nacional de Informação (SNI), alguns arquivos de assessorias de informações de universidades (os militares montaram uma AI em cada instituição pública de ensino superior), acervos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), arquivos nacionais norte-americanos, documentação consular , imprensa e legislações.

Rodrigo Sá Motta, em sua fala, enfatizou a repressão na UFRJ, acima de tudo os expurgos de professores. "A UFRJ estava no foco de todos os conflitos, sobretudo a antiga Faculdade Nacional de Filosofia (hoje IFCS), antes e depois do golpe", observou. Independentemente das informações do livro, ele fez para a Comissão da Verdade uma lista dos professores do Rio de Janeiro aposentados em 1969. Havia páginas e páginas de informações como as constantes nas fichas do físico José Leite Lopes e da historiadora Maria Yedda Linhares, e nomes como os do jurista Evaristo de Morais Filho e da socióloga Mirian Limoeiro.

Além da UFRJ, a repressão também se fez presente na USP, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Pernambuco. Os militares agiam em todas as frentes: através da censura, triagem para contratação de professores, expurgos, implantação de agências de segurança dentro das universidades e espiões infiltrados.

Expurgos

Depois do AI-5, os estudantes foram os primeiros atingidos. Pelo Decreto nº 477, eles podiam ser expulsos das universidades a bel-

RODRIGO Sá Motta

prazer do governo. Em seguida foram os professores, por meio das aposentadorias. "Em abril veio a primeira lista de aposentadorias, e o maior número de atingidos era da UFRJ. A base legal era o AI-5, que suspendia qualquer direito trabalhista de funcionário. Para operar esse expurgo, a ditadura editou um ato complementar dizendo que as demissões seriam organizadas por uma comissão de investigação sumária. Do MEC, era o Sistema Integrado de Monitorameno, Execução e Controle (Sismec), que compilava dados sobre a pessoa retirados de diferentes órgãos de informação, produzia as listas com os nomes dos que seriam aposentados e as encaminhava ao presidente da República. Seguramente eles compilaram uns 200 nomes, e desses foram aposentados 120 professores", revelou.

Fotos: Renan Silva

AUDITÓRIO do IFCS

CAp procura um candidato

O processo eleitoral para renovação da direção no Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp) foi deflagrado em agosto, mas até sexta-feira nenhuma chapa havia sido inscrita, e nesta terça-feira, 5, termina o último prazo para que isso ocorra, de acordo com o calendário aprovado pelo Conselho Pedagógico.

Os técnicos-administrativos da unidade estão preocupados, pois temem que se não ocorrer processo interno normal, a Reitoria indique uma pessoa de fora para dirigir o colégio. Na quarta-feira, dia 30 de outubro, os coordenadores do Sintufrj Francisco Carlos e Carlos Alberto Vieira foram ao CAp conversar com a categoria.

Cadê a democracia?

Na conversa com os trabalhadores, os dirigentes sindicais constataram que no CAp, assim como em outras unidades da UFRJ, um grupo de professores conservadores atua para limitar a participação da maioria nas instâncias de decisão da unidade. Eles discriminam técnicos-administrativos e professores que não tenham títulos de mestre e doutor – para esse pessoal, curso de especialização não tem valor acadêmico.

"Dirigir o CAp é uma tarefa árdua devido aos conflitos de relacionamento. Falta humanização no tratamento entre as pessoas. O técnico-administrativo é considerado apenas como trabalhador de apoio; portanto, deve ficar longe da direção", disse um funcionário.

Na análise de outros trabalhadores, a causa de ninguém querer concorrer à direção pode ser explicada pelas posições político-ideológicas que dividem os professores.

Mudanças equivocadas

Mas mudanças nas regras para candidatos podem também ter contribuído para o desinteresse da comunidade com o futuro do CAp. De acordo com um dos três representantes dos técnicos-administrativos no Conselho Pedagógico – o conselho substitui a congregação que o CAp não tem por falta de regimento –, Edmilson Pereira, a reunião que deflagrou o processo de eleição eleitoral e formou a Comissão Eleitoral que somente iria organizar o pleito e elaborar as normas aprovou as novas regras.

Uma das mudanças conflitantes foi que o técnico-administrativo de cargo de nível médio não poderia mais integrar a diretoria. Somente participaria de chapa quem ocupasse cargo de nível superior e com formação pedagógica ou fosse técnico-administrativo em assuntos educacionais. A princípio a comissão aceitou essa limitação e encaminhou a proposta para votação no Conselho Pedagógico, que a aprovou.

Os três representantes da categoria no Conselho Pedagógico propuseram a realização de uma assembleia para discutir os problemas políticos do CAp, mas foram derrotados. Mas como nenhuma chapa foi inscrita, no dia 19 de outubro, na plenária convocada para rever as mudanças, foram aprovados o retorno da regra anterior em relação ao técnico-administrativo e também a derrubada da restrição que impedia a participação em chapa de quem estivesse na direção atual.

A direção do Sintufrj vai ficar atento à situação do CAp e à disposição daquela comunidade para colaborar, no sentido de evitar que a gestão da unidade acabe nas mãos de estranhos.

TRABALHADORES do CAp: Vilson Antonio Alves, Elço Leocádio da Silva, Edmilson Pereira e Marcelo Sievers

HUCFF VIVE!

Comunidade realiza ato pela retomada total do HU

Médicos querem a reabertura dos serviços de transplantes e da emergência. Está previsto novo ato em frente ao HU para terça-feira, dia 5, às 9h30, organizado pelo Sintufrj, Adufrj e DCE

Na terça-feira, dia 29 de outubro, um grupo de médicos promoveu ato público em defesa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). Eles reivindicavam a retomada da capacidade total de operacionalização da unidade, incluindo os serviços de transplantes. Médicos residentes, enfermeiros, técnicos de enfermagem, tecnicos-administrativos, professores, alunos e pacientes engrossaram a manifestação.

O ato contou com a participação das entidades da comunidade universitária: Sintufrj, Adufrj e DCE Mário Prata, do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SinMed/RJ), Conselho Regional de Medicina do Rio (Cremerj) e da Associação de Movimentos dos Renais Vivos e Transplantados do Estado do Rio de Janeiro (Amorvit-RJ).

Fotos: Renan Silva

TRABALHADORES se concentraram em frente ao hospital a partir das 9h. Francisco Carlos, coordenador de Comunicação Sindical do Sintufrj, falou em nome da entidade

Reivindicações

Os médicos do HUCFF leram o documento que elaboraram denunciando a crise enfrentada pelo hospital. Nele, solicitam à Reitoria da UFRJ, ao MEC e ao Ministério da Saúde a recuperação da estrutura física da unidade; o retorno total de funcionamento da unidade, que hoje é de apenas 25% do seu potencial para internações e cirurgias; a reposição e renovação dos equipamentos danificados; a contratação de pessoal pelo RJU; a convocação dos aprovados no último concurso público e a realização de novo concurso para suprir o déficit de profissionais.

Os profissionais reivindicam também que o hospital retome todas as cirurgias de transplantes, entre as quais de rim, medula óssea, pulmão e coração, e reabra imediatamente a emergência e os leitos das unidades intensivas.

Unidade

Além das reivindicações, o documento faz um apelo à união: "Conclamamos, em nome dos profissionais, alunos e pacientes que querem ver o HUCFF em pleno funcionamento, a união de todos e que sejamos fortes na luta em defesa do nosso HUCFF, parte ativa de nossas vidas".

Manifestações

Jorge Darze, presidente do SinMed/RJ, afirmou que a crise dos hospitais é de responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, que tentam impor um modelo de gestão privatizante. Em relação aos hospitais universitários, ele disse que este modelo de gestão é intencional, haja vista a proposta da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Darze destacou que o governo do PT está muito preocupado, porque a Ebserh acabou atacando os servidores públicos, e a posição da comunidade da UFRJ fez história: contribuiu para fortalecer o debate contra a privatização da saúde, e por isso esse movimento e a luta na UFRJ não podem parar.

Julio Noronha falou da necessidade de contratação de médicos e técnicos para a recuperação plena de funcionamento do hospital e a formação dos alunos, residentes, pós-graduandos. Os residentes do HUCFF reforçaram a fala do diretor do SindMed/RJ, Julio Noronha, que ressaltou a importância do ato em defesa do hospital para garantir a qualidade da formação de novos médicos.

Sinturj

O Sintufrj foi representado no ato pelos coordenadores Celso Procópio (Geral), Francisco Carlos (Comunicação Sindical) e Rubens Morais e Boaventura Pinto (Organização e Política Sindical) e Jorge Luiz Ferreira (Políticas Sociais)

Francisco Carlos falou em nome do Sindicato, avaliando a importância do ato e do momento atual de recuperação do HUCFF com o apoio da Reitoria e da comunidade universitária.

Ele responsabilizou a atual direção pela situação em que se encontra o hospital e afirmou que é hora de renovação: "O que aconteceu tem a ver com a incompetência gerencial da atual direção, que nesse momento de eleição vai levar cartão vermelho". Por fim, concluiu: "Todos os que se manifestaram ressaltaram a importância do HU, sem colocar a Ebserh como alternativa para recuperar o hospital. A posição da Reitoria nesse sentido é positiva. Os pró-reitores Aracéli Cristina (Gestão e Governança) e Roberto Gambine (Pessoal) têm trabalhado para garantir as condições necessárias para evitar o caos".

Novo ato em defesa do HUCFF dia 5

Nesta terça-feira, 5 de novembro, às 9h30, o Sintufrj, a Adufrj e o DCE Mário Prata realizam nova manifestação para defender o HUCFF e garantir estrutura para seu funcionamento. O ponto de encontro é na entrada principal do hospital.

A realização de atos, segundo o coordenador do Sintufrj Francisco Carlos, mostra que a comunidade saiu da resistência e partiu para a ação. Uma ação que deve vislumbrar o futuro, mas sem deixar de lado o estado de alerta. "Estamos vivendo outro momento. É tempo de caminhar. O afastamento da Ebserh da UFRJ é fato, porém, continuamos alertas e trabalhando para que essa proposta não retorne".

Refrescando a memória

O Projeto de Lei nº 1.749/2011, do Executivo, que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), foi aprovado pelo plenário da Câmara de Deputados no dia 20 de outubro de 2011, com 240 votos a favor e 112 contra. E dali, seguiu para o Senado.

No dia 23 de novembro de 2011 o Senado aprovou a criação da Ebserh por 42 votos a 18, numa sessão onde estavam presentes 61 senadores.

Em 2014, tem eleição para presidente da República, Congresso Nacional e governador. Não vamos eleger gato por lebre. Veja abaixo quais foram os deputados federais e os senadores do Rio de Janeiro que votaram a favor da Ebserh.

Deputados Federais que votaram a favor da Ebserh

Senadores que votaram a favor da Ebserh

III FÓRUM SIASS

Experiências e opiniões compartilhadas

Fotos: Renan Silva

CARMEN Lúcia

MARCIA Pacheco

VILMA de Souza Santana

TEREZINHA Ramos

A médica Vilma de Sousa Santana, Ph.D. em Saúde do Trabalhador e professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, uma das palestrantes do Fórum, apresentou um dado alarmante: com base nas análises que fez de declarações de óbito, ela constatou que os servidores têm mortalidade proporcional 16% maior que a população em geral para suicídio. Outra estatística que apresentou foi da Organização Internacional do Trabalho (OIT): 250 milhões de acidentes de trabalho aconteceram no mundo em um ano; 160 milhões de novos casos de doença ocupacional por ano são registrados e 1,1 milhão de pessoas morrem a cada ano por doenças e acidentes relacionados ao trabalho.

"É importante a gente entender que o problema de saúde relacionado ao trabalho se origina nos ambientes de trabalho", disse Vilma, e lembrou que existe um movimento teórico e metodológico de se culpar as vítimas e sugerir aos trabalhadores que mudem o comportamento, quando as condições de trabalho é que precisam ser modificadas.

"Estratégias de Promoção de Saúde"

A mesa-redonda que discutiu estratégias foi composta por Marcia Vieira Pacheco, médica de Saúde da UFF, Luciana Mendes, da UFRRJ, Raquel Galdino, chefe da Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador da CPST, e Terezinha Ramos, subcoordenadora institucional da Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST-UFRJ).

Marcia Pacheco informou que desde 2003 a UFF desenvolve iniciativas de promoção de saúde, como oficinas e programas especiais (controle da tuberculose ou de combate à obesidade), campanhas (como a do tabagismo e saúde vocal). Na opinião dela a instituição precisa avançar na avaliação dos ambientes de trabalho e nos exames periódicos.

Luciana Mendes, da UFRRJ, defendeu: "Promoção aliada à vigilância melhora as condições da organização do trabalho com uma abordagem que tem a saúde como um direito, saindo da cultura da responsabilização do servidor por suas escolhas". Na UFRRJ, disse, a equipe desenvolve os programas utilizando material de divulgação e informação.

Terezinha Ramos, da CPST, fez um alerta: "A universidade está extremamente adoecida, além dos parâmetros permitidos". Ela apresentou as ações de promoção da saúde na UFRJ, trabalho que afirma ser fruto da construção de uma equipe ao longo dos anos. "Trabalhamos com conceitos de estratégia de promoção da saúde na unidade Siass 50", disse, e acrescentou que a inovação é o trabalho realizado em conjunto com os controles sociais (as entidades sindicais).

Segundo ela, a unidade Siass 50 atende 22 mil trabalhadores, entre ativos e inativos, e mais os conveniados, o que obrigou a equipe a ampliar seus métodos. "Qualquer estratégia tem que ser construída coletivamente, porque ninguém manda ou sabe mais que o outro. Tem que ter o reconhecimento emocional de todos os envolvidos", afirmou, destacando o trabalho conjunto de técnicos-administrativos e docentes na elaboração e execução de estratégias.

"Desafios para implantação das Cissp"

Esse foi o tema da mesa-redonda do dia 30 de outubro, segundo dia do Fórum, que teve como moderador Mário de Castro, médico e substituto da subcoordenadora institucional da CPST, e a participação de Raquel Galdino, chefe da Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador da CPST; Carmen Lucia, coordenadora de Comunicação Sindical do Sintufrj; e Maria do Socorro Setúbal, mestre em Saúde Pública e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef).

Mário de Castro destacou que a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (Cissp) foi fruto de um processo de construção coletiva com apoio do "controle social", o Sintufrj, que desde o primeiro momento participou de forma ativa do debate, e todas as resoluções foram tomadas em conjunto, num processo que culminou com a publicação do regimento interno da Cissp, em novembro de 2012. O Sindicato, segundo ele, foi um parceiro inestimável.

Mário disse que em 2012 a CPST levou a proposta de regimento da Cissp para a diretora do Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor, Cynthia Beltrão, que se mostrou simpática à ideia de implantá-lo em nível nacional.

Raquel Galdino discorreu sobre como foi o processo de construção da Cissp na UFRJ, cujo embrião foi as Comissões Locais de Saúde do Trabalhador (Colsats). Ela lembrou os seminários realizados em 1993 e em 2010, com a participação dos movimentos sociais e a formação do grupo de trabalhado para discutir a criação das Colsats, e a retomada pelo Sintufrj da reivindicação histórica da categoria pela constituição das comissões realizando reuniões nos locais de trabalho.

O objetivo da comissão, segundo ela, é fomentar a participação dos trabalhadores. E seus membros se tornarão multiplicadores das informações de saúde na unidade. Informou, ainda, que a comissão é institucional: a gestão se compromete a garantir que o grupo de voluntários tenha condições de atuar, inclusive terão curso de capacitação e sobre o processo de avaliação ambiental.

LUCIANA Mendes

Carmen Lucia apontou que as diversas gestões do Sintufrj têm participado da discussão sobre saúde do trabalhador, mas que ainda assim, conforme o Sindicato vem observando e constatando nos próprios grupos de trabalho, há grandes dificuldades, como a falta de rotina de trabalho que permita a integração entre as unidades Siass e entre as instituições. E embora haja peculiaridades e demandas diversas, em sua opinião deveria haver maior interlocução. Carmen também apontou problemas de infraestrutura nas unidades, e reiterou o apoio da entidade sindical ao processo de construção de ações voltadas à saúde do trabalhador..

Para a dirigente do Sintrasef, Maria do Socorro, tem-se privilegiado a prática da perícia em detrimento de outras, como o acompanhamento epidemiológico: "A gente começa de cabeça para baixo em todo ciclo do Siass", disse. Na opinião da sindicalista, o Siass deveria estar alocado não ao Ministério do Planejamento, mas ao da Saúde, porque a lógica do MPOG é econômica e não de preocupação com a saúde do trabalhador.

III FÓRUM SIASS

Quarenta instituições discutem a saúde do trabalhador

UFRJ organiza e sedia a terceira edição do Fórum e faz balanço de suas ações como a unidade 50 do Subsistema

O fortalecimento e a inovação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass) e a integração das ações de promoção em saúde, vigilância e perícia médica foram temas de palestras e debates em grupos de trabalho no III Fórum Siass RJ, realizado dias 29 e 30 de outubro, no Centro de Convenções Horácio Macedo (CCMN).

O objetivo do fórum foi gerar propostas e promover a troca de experiências entre as mais de 40 instituições federais no Estado do Rio de Janeiro presentes, entre as quais UFF, UFRRJ, Observatório Nacional, CBPF, Cnen, Cetem, Colégio Pedro II, Hospital Geral de Bonsucesso, unidades do IFRJ, TRE, entre outras. Também participaram instituições de outros estados, como as universidades federais do Mato Grosso e do Rio Grande do Norte.

O fórum foi organizado pela Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST). "O resultado foi maravilhoso. Foram 310 inscritos. Ainda não fizemos o fechamento dos relatórios dos grupos de trabalho, mas, pelo que vimos, foi muito produtivo, com muitas sugestões", informou Larissa Baruque Pereira, coordenadora da Comissão Organizadora.

Nos grupos surgiram críticas e propostas, mas, para a organização, a mais importante contribuição foi ter sido apontada a necessidade de integração dos eixos de atuação do Siass. Os grupos identificaram a falta de comunicação entre promoção à saúde, vigilância e perícia. "A maioria das unidades só consegue fazer perícias. A promoção fica para trás. Tem que haver uma mudança de cultura. A promoção tem que vir em primeiro lugar, o que vai fazer com que aconteçam menos perícias", diz Larissa.

MESA de abertura: Giane Ribeiro (Rede Siass), Roberto Gambine (pró-reitor de Pessoal), Carlos Levi (reitor), João Graciano (decano do CCMN), Eduardo Oliveira e Larissa Baruque (CPST)

HELENA Vicente, Fátima Rosane e Edmilson (apoiadores), e os coordenadores do Sintufrj Carmen Lucia e Carlos Alberto

UFRJ deu a largada

Na abertura do evento, o coordenador de Políticas de Saúde do Trabalhador da UFRJ, Eduardo Oliveira, abordou a constituição da CPST, "que até cinco meses atrás a gente chamava de Divisão de Saúde do Trabalhador", e a experiência de aplicação dos exames periódicos no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), que sediou o projeto piloto de ações da coordenação para promoção da saúde e obteve a adesão de 75% dos trabalhadores locais. Embora a UFRJ tenha a cultura da perícia, as ideias de promoção e vigilância são novas, segundo Eduardo.

A coordenadora-geral da Rede Siass do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Giane Ribeiro, explicou que as universidades são grandes parceiras: há 38 unidades que vêm sendo lideradas por universidades de todo o país e o grande desafio é a construção de uma política de integração dos órgãos. Segundo ela, há no Rio de Janeiro 15 unidades do Siass, envolvendo 65 órgãos, atingindo 75% dos servidores públicos federais do estado – percentual acima da média nacional.

Entre os desafios, ela destaca a necessidade de melhorar a articulação entre as redes de unidades estaduais e o fluxo de comunicação: "Precisamos aprender a trabalhar juntos. Não só com parcerias internas, mas com outros setores".

"É fundamental investir no servidor"

O pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine, afirmou que investir em saúde do servidor não é gastar dinheiro. Para ele, o servidor é um trabalhador que dedica toda sua vida profissional ao serviço público – "quando a sociedade estabelece que determinada estrutura tem que ser pública e a serviço da sociedade". Segundo ele, "essa concepção traz, em si, a ideia da carreira". E isso exige da instituição, a seu ver, que avalie como está se delineando a vida do servidor, assim como as condições de trabalho, de forma a possibilitar que se devolva à sociedade o que ela espera do servidor. "É fundamental a gente fazer isso. O mercado, não. Ele tem um exército de reserva: (o trabalhador) ficou doente, pega outro. A lógica do mercado é outra, que não a nossa. Estamos aqui a serviço do Estado e do bem público", disse Gambine.

CPST promete mudanças

"Vejo que houve de fato uma mudança de paradigma. Digo isso baseado na nossa própria experiência da universidade, que tinha a Divisão de Saúde do Trabalhador voltada para processos de perícia e que foi ampliada, ganhando força para trabalhar ações visando à promoção de saúde do servidor", constatou o reitor Carlos Levi.

"Óbvio que qualquer dirigente sensato identifica com muita clareza a importância desse processo e não pode deixar de dar apoio às iniciativas para que se fortaleça", acrescentou Carlos Levi, que considera importante desenvolver a cooperação e parcerias "para avançar em possibilidades de ações e também para o crescimento do sistema".

Unidade 50

No dia 5 de novembro de 2010, a UFRJ assinou com o MPOG acordo de cooperação técnica oficializando a inauguração da unidade 50 do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass), cuja sede é a CPST, que na época chamava-se DVST. Na visão da Reitoria, naquele momento se escrevia uma nova página na história da assistência à saúde do servidor. O então secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva, agradeceu à UFRJ por assumir a liderança do Siass no estado.

O Siass é um sistema criado por decreto em 2009 que tem a proposta de normatizar a política de saúde do trabalhador no serviço público federal. Se apoia em três eixos: assistência à saúde (conjunto de ações voltadas à prevenção do adoecimento e à reabilitação da saúde), perícia oficial (para concessão de benefício decorrente do adoecimento) e promoção e acompanhamento da saúde (com ações educativas e de vigilância, intervenções para correção dos problemas nos ambientes e processos de trabalho para prevenir o adoecimento).

Pela proposta adotada pela UFRJ, equipes multidisciplinares realizariam exames periódicos, clínicos e laboratoriais e avaliações dos ambientes de processos de trabalho. A UFRJ pretendia, ainda naquele ano, dar início aos exames periódicos. Havia ainda a promessa de que a nova sede da DVST ficaria pronta em 2011.

Cissps – O sistema previa também a instalação das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público (Cissps), com a representação dos trabalhadores envolvidos em ações de promoção de saúde, vigilância e prevenção de acidentes, reivindicação histórica do Sintufrj. As Cissps substituíram as Comissões Locais de Saúde do Trabalhador (Colsats).

ELEIÇÕES

Côrtes e Feijó disputam direção do HUCFF

Campanha começa nesta segunda, dia 4, e o primeiro debate será no dia 7, quinta-feira

Dois candidatos se inscreveram para a eleição da direção do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF): Eduardo Côrtes, professor da Faculdade de Medicina, e Luiz Feijó, atual diretor da Divisão Médica do hospital.

Seus nomes foram homologados na tarde de sexta-feira, dia 1º. Na próxima edição do Jornal do Sintufrj divulgaremos mais informações sobre os concorrentes, assim como suas plataformas.

Calendário eleitoral

Os debates serão realizados a partir desta semana, sempre às 10h, no auditório Alice Rosa, no 12° andar do HUCFF. O primeiro será na quinta-feira, dia 7, e os demais dias 13, 14 e 18 de novembro.

A proposta da Comissão Eleitoral é que o primeiro debate seja destinado a docentes, o segundo, a técnicos-administrativos, o terceiro, a estudantes e o último, a todos.

Ainda segundo o calendário eleitoral, a campanha começa dia 4 e vai até o dia 22. A votação será nos dias 25, 26 e 27 de novembro e a apuração no dia seguinte, 28, e a posse dos eleitos em 1° de dezembro.

Todas as informações sobre a eleição no HUCFF estão no site da unidade: http://www.hucff.ufrj.br/eleicoes-2013.

Eduardo Jorge Bastos Côrtes

Luiz Augusto Feijó

Professor adjunto e coordenador da disciplina de Oncologia da Faculdade de Medicina e do Núcleo de Pesquisa em Câncer da Faculdade de Medicina (ele foi criador de ambos), tem pós-graduação em Oncologia e Hematologia na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), onde foi instrutor adjunto de medicina por seis anos. Coordenou o Programa Nacional de Aids do Ministério da Saúde, quando foi aprovado e implantado pioneiramente o tratamento da doença como política de governo.

"Vamos resgatar o HU". Esse é o slogan da chapa de Côrtes, um dos criadores do Grupo de Trabalho e Estudos de Alternativas para o HU, que relaciona, entre os desafios prioritários a serem enfrentados, problemas no sistema de compras. "Já temos pessoas do nosso grupo fazendo curso de legislação de compras e licitação, na Reitoria. Identificamos que precisamos melhorar muito o controle de estoque. Há uma necessidade grande de investir em recursos humanos e realizar um redimensionamento das necessidades de pessoal. Queremos ajudar a resolver o problema dos extraquadro. Muitos destes profissionais são importantes para o hospital, e sua perda vai causar um grande transtorno", diz ele.

O cardiologista Luiz Augusto Feijó é diretor da Divisão Médica do HUCFF há dois anos e meio. Mestre e doutor pela UFRJ, ingressou nos quadros da universidade em 1985. Já foi chefe do Serviço de Cardiologia. Tem pós-graduação em Cardiologia pela Universidade da Inglaterra/Reino Unido. Numa parceria do Serviço de Cardiologia com a Secretaria Municipal de Saúde, coordenou o polo do Programa de Insuficiência Cardíaca do HUCFF.

"Com o subsídio da Reitoria, nós conseguimos manter um hospital adequadamente funcionando com um quantitativo de leitos que podemos orçar entre 250 a 300 leitos, com o que nós temos. Isso, obviamente, precisa de apoio, reformas, etc., para as quais contamos com a benesse da Reitoria", diz ele.

O candidato sustenta o compromisso de manter o hospital "perfilado com a Faculdade de Medicina e o Centro de Ciências da Saúde, que é a nossa função. Além, obviamente, de atender a clientela que é o SUS, conjugado com os objetivos traçados quanto a ensino e pesquisa, que é um dos vieses principais".

Eleição da Cissp na Prefeitura Universitária

Os trabalhadores da Prefeitura Universitária serão os primeiros a constituírem a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (Cissp). O processo eleitoral para eleger os 16 titulares e os 8 suplentes será deflagrado nesta terça-feira, dia 5, com a abertura do prazo de inscrição dos candidatos, que termina no dia 21de novembro.

As inscrições são individuais e qualquer trabalhadora ou trabalhador da Prefeitura pode se candidatar. A votação será de 25 a 27 de novembro e haverá urna também na Praia Vermelha. A cédula conterá os nomes dos candidatos (incluindo apelidos), seu respectivo Siap e local de trabalho. A apuração dos votos está prevista para o dia 28.

O processo eleitoral está sendo organizado e acompanhado pela Comissão Eleitoral, que é composta por José de Oliveira (Horto), Celso e Adelson (PU).

Nota da direção

A diretoria do Sintufrj informa que a delegação ao Encontro Regional Sudeste 1 da Fasubra, sairá no dia 5 da sede do Sintufrj, no Fundão, às 22h. Somente embarcarão os delegados eleitos na assembleia geral. O Encontro será realizado de 6 a 9 de novembro.